Juventudes: Fragilidades e potencialidades do existente

Youth: Weaknesses and potentialities of the existing

Francisco Juceme Rodrigues do Nascimento*

Cintia Chung Marques Corrêa**

Resumo O presente trabalho apresenta uma releitura histórica e filosófica sobre a formação juvenil e os desafios de uma educação que considera o jovem em sua individualidade. Nessa perspectiva, buscamos analisar as contribuições de pensadores que procuraram entender a história das relações entre a sociedade e a novidade que chega em cada geração a partir dos sujeitos no processo de aprendizagem social, seja na ótica da permanência ou da mudança dos paradigmas compartilhados pela tradição. A pesquisa é de natureza bibliográfica, ancorada na abordagem qualitativa, visando compreender as contribuições de pensadores como Platão, Agostinho, Descartes, Hegel e Heidegger. Por fim, sendo uma pesquisa com o objetivo educacional, destacamos caminhos reflexivos para os educadores de hoje e a emergente necessidade de considerar os estudantes em sua complexidade.

Palavras-chave: Sociedade; educação; linguagem; juventude; valores.

Abstract: The present work presents a historical and philosophical reinterpretation of youth education and the challenges of an education that considers young people in their individuality. In this perspective, we seek to analyze the contributions of thinkers who sought to understand the history of relations between society and the novelty that arrives in each generation from the subjects in the social learning process, whether from the perspective of permanence or change of paradigms shared by tradition. The research is bibliographic in nature, anchored in the qualitative approach, aiming to understand the contributions of thinkers such as Plato, Augustine, Descartes, Hegel and Heidegger. Finally, being a research with an educational objective, we highlight reflective paths for today's educators and the emerging need to consider students in their complexity.

Keywords: Society; education; language; youth; values.

Introdução

O problema histórico em definir o que seja de fato o jovem, interessa-nos nesta jornada epistemológica, pois nenhuma definição é boa para visualizar o ser. O jovem como nas demais épocas da vida, também sofre com a tentativa de caracterizá-lo como

* Doutorando em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis – RJ. E-mail: francisco.42240073@ucp.br.

** Doutora em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis. E-mail: cintia.chung@ucp.br.

limite. Uma “ponte”, segundo alguns autores, entre a dependência infantil e a autonomia da idade adulta. O discurso característico da história em que o jovem é apresentado como período de pura mudança e de inquietude, marcado pela imaturidade afetiva e a necessidade de uma formação disciplinar que o conduza ao pleno florescimento das faculdades mentais, parece não responder mais na realidade. O caráter, marginal ou limítrofe dessa época segundo as análises do passado, passa a ser compreendido no interior da vida humana, independente do tempo e do espaço.

No presente texto, a pesquisa foi descobrindo que a fala que justificava a necessidade de identificar, atribuir ordem e sentido ao jovem no mundo, pela sociedade, pois vê nesse “objeto de observação”, algo transitório, caótico e desordenado, vai aos poucos percebendo que não é uma fase da vida, mas o próprio ser humano que é fragilidade e potencialidade. De acordo com Prodanov; Freitas (2013, p. 54), a pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente em livros e artigos científicos com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com o material escrito sobre o assunto de pesquisa. Daí uma abordagem qualitativa, no sentido de ser uma atividade investigativa que posiciona o observador no mundo, ao ocupar de aspectos da realidade com foco na compreensão das relações sociais (Menegat; Moreira, 2021, p. 30).

Para análise do conteúdo pesquisado nos baseamos no posicionamento crítico diante do contexto em que estamos inseridos, numa abordagem teórico-filosófica cuja filiação epistemológica é o materialismo histórico e dialético, enquanto posicionamento diante dos acontecimentos, e propondo uma alternativa contra o esvaziamento da educação política no espaço educacional. Conforme Santana et al Apud Menegat; Moreira (2021, p. 284), “este procedimento exige que o pesquisador possua uma postura eclética, com uma visão interdisciplinar e atual de referenciais teóricos, para um bom embasamento do seu trabalho na busca de significado, uma vez que é um referencial humano”.

O objetivo do artigo é apresentar uma reflexão sobre as juventudes e a leitura filosófica como recorte a partir dos limites e horizontes temporais, tendo o jovem como principal protagonista. O texto convida o leitor a debater as contribuições de pensadores que procuraram entender a história das relações em sociedade e a novidade que chega em cada geração a partir dos sujeitos no processo de aprendizagem social. Por fim, a

conquista da palavra como condição de possibilidade da existência na dimensão simbólica da condição humana.

Referencial teórico

A crítica filosófica permite ao leitor deste trabalho a passagem entre o olhar ambivalente que aparece em cada cultura, misturando atração e desconfiança, onde as sociedades vão fazendo do jovem um “ente” instável e a visão que os jovens têm de si mesmos. Como diz Levi & Schmitt:

numa sociedade fria ou estruturalmente estática, determinados processos jurídicos e simbólicos tenderão a sublinhar predominantemente os elementos de continuidade e de reprodução dos papéis atribuídos ao jovem. Por outro lado, uma sociedade mais quente, mais predisposta a reconhecer o valor da mudança, será levada a admitir com maior facilidade o caráter necessariamente conflitante da transição de uma idade para outra e da transmissão do conjunto de prescrições entre as gerações (1996, p. 9).

É no interior da *polis* que encontramos os jovens na Antiguidade. A cidade, para os gregos, é como a expressão de uma vida social bem regulada. E o que permite o acesso destes sujeitos a um saber partilhado é a educação sem a qual a cidade não poderia existir. O equilíbrio social é o resultado de um conjunto de ações que supõe uma arte de viver, observando comportamentos apreendidos na dinâmica da Paidéia. Para além da adaptação dos cidadãos à vida comunitária, as instituições formativas devem contribuir para revelar qualidades humanas presentes no interior de cada ser humano, que precisam ser descobertas e desenvolvidas por meio de treinamentos específicos. Nesse contexto, o jovem é um estado de graça e a educação artística é o meio fundamental de orientar a vida para as virtudes. Os estudos da época destacam a importância de transformar o jovem num cidadão integral, que é responsável e se prepara para uma profissão. A caça, a corrida e os simulacros de combate formam uma proposta pedagógica que visa ao desenvolvimento de capacidades pessoais e aptidões coletivas.

Os jovens são colocados numa teia de padrões que devem ser observados e seguidos como viabilidade de aceitação no meio social. Os comportamentos individuais são acompanhados com rigor no espaço público, definindo a partir deles o seu destino

social. Para tanto é fundamental o desempenho nas atividades esportivas, nos simulacros de combate como exercícios que revelam tanto suas capacidades pessoais quanto suas aptidões coletivas. Outro aspecto interessante é o destaque na educação artística, como meio de ultrapassar a singularidade dos seres e chegar, tirando partido do melhor de cada jovem, à qualidade estética que transcende a realidade. Acredita-se que conduzindo os jovens para as experiências imutáveis, retirando-os do convívio com tudo que leva aos desejos e apego às coisas, o futuro da cidade será melhor. A *polis* depende de uma harmonia coletiva, conduzida a partir de uma pedagogia que orienta as ações, controlando os comportamentos. O bem real dos cidadãos dependerá de uma formação de novas gerações abertas ao mundo das ideias, sujeitos capazes de enfrentar com radicalidade os problemas políticos, desmascarando e superando as falácias próprias da opinião e do mundo sensível. A educação é a porta de entrada destes futuros cidadãos na vida social.

A coluna vertebral da vida em sociedade é a educação, a distinção que permite o acesso dos jovens a um saber partilhado sem o qual a cidade não poderia existir. A cidade depende de um equilíbrio de instituições e de práticas que supõe uma arte de viver, uma estilização dos comportamentos, um *savoir-faire* social encarnado na noção de Paidéia (Levi & Schmitt, 1996, p.19).

Nesse cenário, a Paideia é o lugar que assegura à comunidade a formação de homens aptos a respeitar as leis da cidade ideal. Entre os bens humanos, o principal é a saúde; em segundo vem a beleza; o terceiro é o vigor nas corridas e em todos os outros exercícios corporais: o quarto é a riqueza, não cega, mas clarividente. Na antiguidade grega, os corpos dos jovens estão, portanto, no centro das preocupações da cidade. Quer se trate de treinamento, de regime alimentar ou de aptidão para a vida coletiva, a cidade cuida do mundo juvenil como se cuidasse de seu próprio coração.

As contribuições de pensadores que procuraram entender a história das relações em sociedade

Falar do jovem na Idade Média é dialogar com diversos mundos, que interferem desde a diferença de gênero, passando pela formação religiosa, que ganha importância fundamental na educação no âmbito doméstico e que restringe as possibilidades desse

existencial. No centro da política educacional está a correção. Cada professor deve cuidar de seus alunos, zelando para que eles não fiquem soltos pelas ruas, usando se necessário for de punições severas para controlá-los, até mesmo açoitando. A ênfase no controle social é evidente no alerta aos professores para que não deixassem os alunos sozinhos nem sequer por um instante, “pois não é o estudo em si que é de importância fundamental, mas também a prática da diligência em sua busca” (Levi & Schmitt, 1996, p. 102).

Por outro lado, são apresentados aos jovens outras possibilidades de inserção social, especialmente como valor simbólico diante da realidade caótica em que vivem. Tanto a cavalaria como a cortesia são atitudes honradas e queridas pela sociedade. Mesmo sabendo que o sistema de valores que guiava aqueles jovens sob tantos aspectos parece distantes dos jovens de hoje, penso que vale a pena refletir sobre aquele contexto, onde o discurso metafísico regia a compreensão do ser-no-mundo. Um exemplo disso é a forte influência da aventura nos romances dos séculos XII e XIII, como espaço para pôr à prova a coragem e o valor do jovem no interior da comunidade. Para o discurso social, a cavalaria e a cortesia eram possibilidades reais e destinadas apenas aos jovens. A identificação com os heróis era para os jovens algo gratificante, pois dava um sentido à sua existência: a estética da conquista, a violência com alegria diante das façanhas guerreiras e a sedução que atraía o público visado.

O que aparece na literatura da época, é que o destino do jovem, pelo menos de forma simbólica, é morrer de forma exemplar em benefício da comunidade. Pelo sacrifício da própria vida, o herói permite à comunidade regenerar-se. Ou seja, parece ser essa a função essencial do jovem na literatura épica. Nessa perspectiva, há um tema fundamental da literatura medieval que permanece também muito enigmático, mas que adquire um significado inesperado e bem diferente daquele que lhe atribuem habitualmente: é o tema da busca do Graal. O jovem deve ser capaz de interrogar-se não sobre o objeto de sua busca, mas sobre a finalidade última desse objeto. Por outro lado, não é dado ao jovem o direito de expressão, pois ele está a serviço do soberano, de uma figura muitas vezes avuncular e na verdade paterna, para a sobrevivência e a fecundidade da qual ele deve aceitar oferecer suas forças e talvez até sua vida. A mensagem que flui dessa relação é intrigante e faz pensar, de um lado a submissão do jovem ao senhor; do outro, a sedução que exerce o jovem sobre o adulto, dando-lhe

poder. O jovem utiliza-se da beleza como instrumento de participação social. Nos tratados de moral, redigidos no contexto medieval, fragmentos que buscam orientar os pais de família, na conduta do comportamento dos filhos, ideias que melhor representem o jovem no final da Idade Média.

A juventude é o tempo dos apetites e de seu excesso. Assim ela aparece como continuação direta da infância. Após a idade da fragilidade do corpo e das primeiras aprendizagens, vem a da fragilidade da alma e da razão. Por falta de freio e de governo, a juventude entrega-se ao mal (Levi & Schmitt, 1996, p. 191).

Nesta definição, aparece um lado sombrio do jovem que pouco condiz com o cavalheirismo anterior. Porém, o discurso deixa aparecer na compreensão do pesquisador que estes comportamentos condenáveis acontecem na passagem, sendo a sociedade responsável pela formação desses sujeitos. O moralismo da sociedade parece tentar esconder entre conceitos estabelecidos e penas exemplares, os reais acontecimentos. A visão religiosa resgata um conjunto de doutrinas que favorecem o discurso governista, visando ao fim das desordens e tentações, não levando em conta o contexto vivido de cada ser humano. Nesse cenário de dependência econômica e ociosidade, o jovem passa a ser visto como um desorientado, sem freio, sem controle, que segue apenas o seu prazer e apetite juvenil:

A juventude confunde-se com o tempo de um consumo desregrado e descontrolado de todos os alimentos, de todos os prazeres. O jovem gasta, joga, enfeita-se cede a todos os apetites. Assim, os vícios a evitar e os corretivos a adotar são estranhamente parecidos. Mulheres e jovens, de maneira equivalente, parecem representar duas ameaças, duas fragilidades capazes de arruinar a ordem temporal e o tecido social (Levi & Schmitt, 1996, p.200).

Entre os discursos da época, destaca-se a pregação de São Bernardino, que relembra um texto bíblico do livro do Gênesis, quando segundo a interpretação da época, Javé castiga brutalmente a cidade de Sodoma, diante da promiscuidade, chama os jovens de sodomitas. Entre as subversões juvenis, a atenção volta-se para o estupro coletivo. A violência sexual é encarada com insegurança na vida urbana, que responsabiliza essa fase que, vive segundo os instintos e não cumprem as leis. Bandos de jovens, são apresentados como responsáveis por agressões, em função de festas ou reuniões, em que os adultos não têm o controle da situação.

A essa juventude e a suas pulsões, a coletividade tenta impor uma socialização. As fraternidades de jovens, cuja formação é sempre suscitada ou controlada pela comunidade urbana, tendem a oficializar e a enquadrar esses vínculos de idade. A atenção fixada nos jovens e suas desordens, o conceito, desconhecido nas fontes anteriores, de um *mos juvenum* identificável e sempre perigoso aparecem nesse novo sistema de representações e contribuem para sua definição. A juventude é o tempo das turbulências e das violências (Levi & Schmitt, 1996, p.205).

Durante toda a Idade Média, a definição de jovem parece ser reforçada por essas representações. É interessante que mesmo na descrição da temporalidade juvenil, daqueles que serão considerados “santos” por seus biógrafos, a fase entre a criança e o adulto na história daquele ser humano, é marcada pelos prazeres e excessos. As acusações mais graves que aparecem nos processos públicos contra os jovens são de luxúria, licenciosidade, desregramento:

as duas faces da história dos jovens, a das violências tais como aparecem nos arquivos judiciários e a das *societates juvenum* institucionalizadas, interferem, portanto, em vários aspectos. As sociedades não servem apenas para enquadrar as pulsões de um grupo etário turbulento e perigoso. As funções lúdicas e festivas de que são investidas não tendem apenas a disciplinar e a integrar, sob controle de instituições públicas, rituais que de outro modo descambariam em desordens e excessos (Levi & Schmitt, 1996, p.226).

As jovens cumprem em geral funções purificadoras ou profiláticas (afastar os demônios, as feiticeiras, os maus espíritos), enquanto os jovens têm um papel mais transgressivo, especialmente o de organizar as festas e os folguedos. O *corpus* de jovem mais abundante fornecido pela iconografia medieval não é, porém, os dos príncipes e cavaleiros, sejam reais ou literários, mas o da Bíblia e o da vida dos santos. Os anjos são jovens de um tipo especial. Mas sua representação pode constituir como que uma imagem arquetípica da juventude, não do ponto de vista social, evidentemente, mas do ponto de vista doutrinal e mesmo estético. É evidentemente a ideia de seiva, de natureza em pleno crescimento que faz da cor verde a cor da juventude. E, por ser a da juventude, ela é também a da esperança, do amor, da desordem e da inconstância.

É nesse terreno movediço entre as fraquezas da carne e as virtudes da alma que encontro com o discurso dualista que prevalece no cristianismo. O temor em relação ao jovem, passa pelo exagero no que tange à sensualidade, que segundo a metafísica, é

uma das maiores consequências do pecado original. Pois, tanto a sabedoria como a ignorância, são como os alimentos úteis ou nocivos: “podem-nos ser apresentados com palavras polidas ou com rudeza de forma, como os bons e maus alimentos nos podem ser servidos em pratos finos ou grosseiros” (AGOSTINHO, 1973, p.95).

A novidade que chega em cada geração a partir dos sujeitos no processo de aprendizagem social

No início da era moderna, o conceito de jovem era diverso do atual. A educação que fecunda o século XVII vive uma fase de transição entre o Humanismo e a Reforma no seio do Cristianismo. A acentuação do aspecto religioso reflete muito mais uma necessidade de revisão dogmática entre as lideranças religiosas, do que em relação aos jovens que vivem em meio ao conflito. As diferenças entre os Estados protestantes e a legislação escolar são gritantes, especialmente no que tange ao dogmatismo bíblico e moral que diferencia opções e não pessoas. A filosofia é um caminho de aproximação, quando aos poucos vai introduzindo tanto o idealismo de Kant (1724-1804) como o realismo de Hegel (1770-1831). O discurso humanista vai aos poucos conduzindo a formação juvenil para um sistema científico que ofereça princípios universais e para conduta da vida e a organização social.

A linguagem que conduz o caminho pedagógico no auge da modernidade, apresenta uma crença no poder absoluto da razão que deve pensar e governar, movendo as pessoas a buscarem a liberdade como meio de eliminar as correntes políticas e religiosas, assim como as convenções sociais que não respeitam as leis da natureza. Sendo assim, a dúvida cartesiana ganha impulso, especialmente entre os jovens que não admitem o radicalismo sem coerência com o sentido da vida, facilitando no seio da educação o processo de secularização. Nesse aspecto, encontro a ideia de aprendizagem referida à experiência social, isto é, de uma relação de proximidade, onde a aquisição da confiança entre o jovem e o professor possibilita a assimilação dos princípios que orientam o agir humano.

Os espaços de liberdade indicados para os jovens pelo mundo adulto tinham uma delimitação precisa no decurso da jornada (os jovens

como “senhores da noite”), promoviam a formação de grupos organizados segundo a idade e ofereciam toda uma série de ocasiões de auto-educação e de representação de si no interior do grupo. No centro da apropriação jocosa e da relativização das opiniões dominantes não estavam os procedimentos individualistas com que se introjetavam as normas, mas sim mecanismos coletivos de aprendizagem que obedeciam à dialética entre observância das regras e sua infração regulamentada (Levi & Schmitt, 1996, p.270).

Mas, certamente, o dinamismo dos jovens não se exprimia só em brincadeiras e ações frenéticas; justamente para eles, que se encontravam na passagem para a idade adulta, o sério e o divertido costumavam sobrepor-se constantemente. Dessa seriedade leve e jocosa deles, por vezes mais eficaz que qualquer outro argumento, as comunidades pré-industriais ainda sabiam tirar proveito, concedendo aos jovens notável liberdade de ação, ou melhor, atribuindo-lhes a função de representantes da moral pública. Nos primórdios da era moderna, era difícil estabelecer o início da fase juvenil, o final desta encontrava-se claramente delineado, como parece normal ainda hoje, pelo matrimônio e pela casa própria, distinta e independente da família de origem. Já as leis comuns da Idade Média tardia levavam em conta as diferenças de mobilidade ligadas a esse distanciamento: enquanto, para os adultos casados, o direito de cidadania estava ligado à obrigação de residência.

A concepção da cultura juvenil dos primórdios da era moderna como uma cultura de grupos de tipo informal, que vai se constituindo essencialmente por meio de uma prática ritual poderia ser confrontada de modo eficaz com aqueles conceitos restritos, institucionalizados, que encontram sua via de salvação na possibilidade de formalização das relações sociais.

A partir do mês de maio, quase todo sábado à noite passeávamos ao ar livre até tarde, fazíamos pequenas fogueiras, circulava uma garrafa, cantávamos e tocávamos sanfona; antes de voltar para casa, combinávamos alguma coisa. Porém, as conversas giravam sobretudo em torno das moças e de como se poderia atrair-lhes a atenção com qualquer tipo de burla e com os recursos tradicionais da corte (Levi & Schmitt, 1996, p.274).

É significativo que a função social dos jovens enquanto detentores de costumes típicos do “mundo às avessas”, resultava da concepção adulta, jamais desmentida, segundo a qual nada mais natural que aqueles em fase de transição – rumo ao estado de

adultos, exatamente – administrassem os jocosos rituais de transformação e de renovação encenados no carnaval. Todavia, o papel dos jovens como detentores dos costumes carnavalescos adquiriu relevância social sobretudo pelo fato de o princípio da inversão da norma habitual, propiciado pelo carnaval, influenciar também outras festas anuais, principalmente as comemoradas no inverno; desse modo, os jovens foram considerados aqueles que deviam dar forma e organizar a festa por conta própria.

O jovem do início da era moderna fora e permanecia um ponto de inquietação. Só o mundo do consumismo do século XX concedeu aquele ideal de juventude absolutamente positivo, pois, enquanto sonho da eterna juventude, dá a sua marca à vida dos adultos. Ideal triste, pois trata-se de uma utopia daqueles que têm a juventude pelas costas, fala tanto em nível de compensação quanto em nível pedagógico, porque, além disso, ameaça aprisionar com sua cultura industrial e missionária aqueles que são de fato jovens. A utopia da juventude do início da era moderna obedecia ainda a um modelo de pensamento mais simples e talvez menos fóbico:

desobedecer ao pai é um pecado mortal, exceto se ele der ordens para executar ações contrárias à vontade de Deus e ao ensino da religião. A pedagogia geral da obediência se traduz então numa pedagogia particular de obediência à Igreja e aos seus ministros (Levi & Schmitt, 1996, p.329).

O discurso primava pelo cuidado que os adultos, especialmente os pais, deveriam ter com os filhos nesta faixa etária. A escola aparece como uma parceira fundamental que deve ajudar através do ensino o homem a chegar a ser homem. Nos tratados de pedagogia, o apelo à modéstia devia servir como antídoto para um dos vícios mais condenáveis, tanto entre os nobres quanto nos adolescentes, isto é, o orgulho. Nas recomendações dos pais parece prevalecer outro objetivo, muito mais prático:

não abandonem o destino de seus filhos aos primeiros impulsos de uma juventude ardente, que deve sempre ser suspeita. Cuidem não só para que uma paixão mal regulada não lhes faça escolher aqueles partidos errados que a razão abomina quando se reapropria de si mesma, e que nega muitas vezes quando já é tarde, impeçam também que a superficialidade sempre temível nos jovens não lhes deixe tomar a decisão justa, pois a superficialidade que os torna precipitados faz com que mudem de opinião por desgosto (Levi & Schmitt, 1996, p.331).

A compreensão desse momento a partir da racionalidade e a observação segundo os métodos do empirismo parecem confirmar o discurso da sociedade que vê nos jovens, sujeitos moralmente frágeis, sempre expostos ao risco e à perdição. Este é o olhar das autoridades que costumam apresentar os jovens como opositores às normas e aos bons costumes, atribuindo a estes sujeitos os vícios como fornicação, bebedeiras, violências; ou seja, segundo o discurso corrente no auge da modernidade, ninguém tem paz na convivência juvenil. Por outro lado, percebo nesta fase, uma busca do próprio papel, que malgrado todas as liberdades concedidas, ainda era firmemente dominado pelas expectativas dos adultos. As ações juvenis estavam vinculadas ao mundo dos adultos de maneira diferente e mais funcional do que poderia se imaginar hoje, pós-movimento burguês do início do século XX.

O relacionamento entre o mundo adulto e os jovens se baseava não só num conceito de ordem hierarquicamente bem estruturado, caracterizado pelo fato de que as alternativas às normas oferecidas eram bem escassas, mas também pela ideia essencial, orientada para um modelo social quase familiar de um crescimento gradual no interior das relações sociais. Ao jovem não se deve perdoar nada, ao contrário, quanto mais ele tende para a volúpia, mas é necessário reprimi-lo com punições, construindo-lhe uma barreira contra o vício da luxúria. Neste sentido, a linguagem se identifica com disciplina que orienta o acesso ao mundo adulto por meio de instrumentos definidos e a partir da observação aos mais velhos. Essa disciplina se baseava na emulação e na competição, despertando o sentimento de competição e do amor-próprio. Neste itinerário, o individualismo e a rebeldia crescem em meio a uma cultura que não admite a tradição. O jovem passa a ser visto como uma força de protesto radical contra uma situação herdada no passado, cujas segregações recusou, cujas burocracias subverteu. Ao mesmo tempo, que crescia a consciência de um saber tornado ideológico a serviço de um poder que não mostra suas razões.

É preciso sair da interpretação ingênua para a crítica que resgata o ser humano na linguagem que é participação ativa na existência e suas possibilidades. A escola que vem desse processo, reproduz uma lógica curricular, servindo muito mais à permanência do que à novidade que chega cada ano no espaço educacional.

como, porém, aprender a discutir e a debater numa escola que não nos habitua a discutir, por que nos impõe? Ditamos ideias. Não trocamos ideias. Discursamos aulas. Não debatemos ou discutimos temas. Trabalhamos sobre o educando. Não trabalhamos com ele. Impomos-lhe uma ordem a que ele não se ajusta concordante ou discordantemente, mas se acomoda. Não lhe ensinamos a pensar, porque recebendo as fórmulas que lhe damos, simplesmente as guarda. Não as incorpora, porque a incorporação é o resultado da busca de algo, que exige, de quem o tenta, esforço de realização e de procura. Exige reinvenção (Romão apud Freire, 2002, p. 40).

A partir desse desafio pedagógico, só resta ao homem resgatar o direito de pensar, apesar do projeto liberal que empenhado em alienar as pessoas para o comprometimento com o mundo, submete o pensamento ao pragmatismo, como arte da prosperidade ou confunde as gerações através da virtualidade que alimenta o realismo cético.

Considerações finais

A conquista da palavra, a fala articulada foi e continua sendo a condição de possibilidade da existência na dimensão simbólica da condição humana. Retornando ou, melhor, rememorando o ensinamento que vem da antiga Grécia tenho a compreensão de que a verdade é *alethéia*, ou seja, des-velamento, des-ocultação, significa dizer que a verdade é o próprio processo do desvelar, retirar os véus, mostrar algo que está ou estava sob véus, ou ainda trazer à luz, tirar algo do estado de oculto, tornar manifesto. A linguagem é, portanto, o mais verdadeiro justamente à medida que é o *lócus* privilegiado da transparência do processo de manifestação e constituição da verdade em seu si mesmo. Não é sem razão que o tema da linguagem tem se constituído na tradição filosófica, tanto o lugar por excelência no qual se dá a manifestação do ser, quanto o caminho ontológico da mediação lógica, ou seja, lugar da manifestação e comunicação do ser e lugar de constituição de uma reflexão na qual a palavra busca dizer de si mesma.

Se no passado era preciso superar os limites que procuravam conciliar o discurso da fé e da razão, no alvorecer do século XVIII a crença na capacidade do homem de conhecer tudo que o cerca, começava a se consolidar. Além disso, ganhava força uma ideia que marcaria profundamente a história a partir de então: a liberdade. Nos dias

atuais, a educação assume, em seus conceitos e categorias fundamentais, a árdua tarefa da mediação. Nesse sentido, a escola é o lugar e a mediação mesma da verdade, na medida em que ela exerce uma multiplicidade de mediações agrupadas sob as múltiplas relações nas quais se apreende a realidade efetiva, sejam: entre a *physis* e o *ethos*, entre o pensamento e o ser, entre o finito e o infinito, entre o sentido e o sensível, entre a essência e a existência, ou o conhecimento como expressão e o processo no qual o conceito se manifesta no discurso do sentido que o desvela.

Se o mundo humano como uma totalidade dinâmica de significados, a cultura enquanto constitui o substrato do mundo é o indicativo maior da condição humana. Nela se imbricam os dois elementos essenciais da substância humana e que a elevam à categoria de pessoa – a liberdade e o desejo. Somente como razão cultivada e desenvolvida que se fez a si mesma o que é em si. Toda pessoa está condenada a nascer duas vezes, primeiro como *physis*, animal natural com a fisiologia humana; segundo como logos-verbo, linguagem, pensamento, ente espiritual portador da palavra que se sabe e se busca. Somente a partir desse segundo nascimento, torno ou posso vir a ser o que sou – animais espirituais; ente que transcende as determinações da natureza e liberta-se do meio através da criação do mundo.

Sendo assim, assumir uma postura fenomênica do mundo é reconhecer que a violência e a segregação social não fazem parte do imaginário juvenil. Existe uma falta de senso de humanidade, de uma cultura da impunidade. O progresso tecnológico e a curiosidade científica são usados como instrumentos para criar esta visão de mundo. Existe uma insatisfação juvenil com este discurso que não o reconhece, impondo um viver sem sentido. Por fim, convidamos os educadores a dar sentido à vida humana, pois na releitura da história percebe que o ser humano foi esquecido ou ficou oculto no discurso de Platão, Agostinho, Descartes e seus seguidores. E, nesta perspectiva, apresentamos o *dasein* como possibilidade compreensiva do homem no mundo. Sempre aberto, cheio de possibilidades, no caminho que é mistério e possibilidade de significação.

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. Trad. Alfredo Bossi. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- AGOSTINHO, Santo. Confissões. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- AQUINO, Marcelo F. de. Metafísica da subjetividade e linguagem I. Revista Síntese: Ética e Metafísica, São Paulo:Loyola, v.20, n.61, p.199-218, abril – junho 1993
- ARMSTRONG, Karen. Breve história do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- ARROYO, Miguel G.. Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS (ABNT). NBR 6023, Informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2003.
- CHAUÍ, Marilena.Introdução à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CORTELLA, Mario Sergio. Não nascemos prontos: provocações filosóficas. Petrópolis: Vozes, 2006.
- COTRIN, Gilberto. Fundamentos da Filosofia: história e grandes temas. Belo Horizonte: Saraiva, 2000
- DESCARTES, René. Discurso do método. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- DUROZOI, Gerard; ROUSSEL, André. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Papyrus, 1993.
- GADOTTI, Moacir. História das idéias pedagógicas. São Paulo: Ática, 1999.
- GMEINER, Conceição N. A morada do ser: uma abordagem filosófica da linguagem na leitura de Martin Heidegger. São Paulo: Loyola, 1998.
- HEIDEGGER, Martin. A caminho da linguagem. Vozes, Petrópolis, 2003
- HRYNIEWICZ, Severo. Para filosofar hoje: Introdução e História da Filosofia. Rio de Janeiro: Santelena, 2001.
- INWOOD, Michael. Diccionario Heidegger. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. História dos jovens – da antiguidade à era moderna. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.
- LIBÂNIO, João B. Introdução à vida intelectual. São Paulo: Loyola, 2001.

MALDONATO, Mauro. A subversão do ser: identidade, mundo, tempo, espaço-fenomenologia de uma mutação. São Paulo: Petrópolis, 2001.

MENEGAT, J. e MOREIRA, L. (Orgs). Métodos e técnicas de pesquisas científicas São Paulo: Editora Dialética, 2021.

MORIN, Edgar. Ciência com consciência. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

O'SULLIVAN, Edmund. Aprendizagem transformadora: uma visão educacional para o século XXI. São Paulo: Cortez, 2004.

POZO, Juan Ignacio. Aprendizes e mestres: a nova cultura da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo, RS. Feevale, 2013.

ROMÃO, José Eustáquio. Pedagogia dialógica. São Paulo: Cortez, 2002.

SAFRANSKY, Rüdiger. Heidegger: um mestre da Alemanha entre o bem e o mal. São Paulo: Geração Editorial, 2000.

SOUZA, Regina M. de. Escola e Juventude: o aprender a aprender. São Paulo: Paulus, 2003.